



Boletim do
Sindicato dos
Trabalhadores
da Unicamp



27 de
Outubro
25/2021
GESTÃO
2017 - 2021

REFORMA ADMINISTRATIVA É O FIM DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Quais os impactos imediatos?

- 
- 
- Fim do Vale-Alimentação
 - Fim do Quinquênio
 - Fim da Sexta Parte
 - Fim da Estabilidade adquirida
 - Fim dos Concursos Públicos

Ato contra à PEC32
28 de outubro às 16h
Praça da República em SP

Caravana para SP - ponto de encontro
na sede do STU às 13h

SEM MOBILIZAÇÃO, NOSSO VALE-ALIMENTAÇÃO, QUINQUÊNIO, SEXTA-PARTE E OUTROS DIREITOS PODERÃO SER RETIRADOS

Está tramitando na Câmara de Deputados em Brasília uma Proposta de Emenda Constitucional de nº 32 (PEC-32) que é a chamada “Reforma Administrativa” e foi enviada pelo Governo Bolsonaro-Guedes, também conhecida como a “PEC da Rachadinha”. Apesar do nome “reforma”, essa PEC prevê a destruição dos serviços públicos. Além de ser uma investida direta nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos das três esferas (municipal, estadual e federal) traz a destruição dos serviços públicos representando um ataque ao conjunto da população.

Conheça alguns pontos que afetará diretamente os trabalhadores e trabalhadoras da Unicamp assim como a população em geral, caso a PEC seja aprovada:

Benefícios

Vale-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-creche, auxílio dependente com necessidade especial etc: todos os benefícios que não estão respaldados em lei serão extintos. Os benefícios que foram constituídos por ato infralegal terão duração de 2 anos, os que foram decretados em lei permanecem sem poder alterado e os demais serão extintos imediatamente.

Carreira

Quinquênio, sexta-parce, progressão, promoção: todos os mecanismos de aumento salarial que estão ligados a tempo de serviço cairão imediatamente, se a PEC for aprovada. As carreiras que existem serão praticamente extintas e só poderão ter ganhos salariais com base em mecanismos subjetivos, que estimulam o assédio moral e que permitem a demissão.

Estabilidade

Libera geral as demissões: embora a “palavra” estabilidade não tenha sido retirada na última versão da PEC, os novos mecanismos liberam para demissão geral. Pode ser demitido por qualquer motivo e até quase sem motivo,

bastando dizer que o cargo ficou obsoleto. Na prática, quase todos os cargos ficarão obsoletos porque serão todos transformados em temporários ou terceirizados.

Fim das contratações

Temporários, terceirizados e privatizados: será o fim das contratações dos serviços públicos e todo trabalhador ou trabalhadora efetivo poderá ser substituído por uma dessas modalidades de contratação. Os temporários não terão todos os benefícios, prestarão processo seletivo e, pasmem: serão temporários por até 10 anos ou quando não precisar mais. Os terceirizados serão ampliados e haverá a liberação geral de privatizar todo serviço público.

Aposentados

Aposentados, aposentadas e aposentáveis: todos aqueles e aquelas que já se aposentaram ou que pretendiam um dia se aposentar, correrão o risco de ficar sem salário ou ter novas regras. Isso já tem acontecido, especialmente com a reforma da previdência e os trabalhadores e trabalhadoras da Unicamp já sentem isso na pele. Porém, com o fim da contratação via regime estatutário, o sistema de aposentadoria vai falir, levando inevitavelmente a uma insegurança salarial maior do que a que já existe hoje.

Privilégios

Libera supersalário: na contramão do que é anunciado, a reforma administrativa não retira privilégio. Na verdade, amplia os privilegiados tanto na manutenção de seus privilégios como no aumento de saqueamento descarado dos dinheiros dos cofres públicos. Será liberada a remuneração composta por benefícios e falcaturas que extrapolam o teto constitucional.

Quem será atingido pela reforma?

Todos os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços público municipal, estadual e federal, tanto da administração direta como indireta, bem

como autarquias etc. É tão abrangente que atinge até mesmo os trabalhadores e trabalhadoras das estatais. Até mesmo categorias como policiais civis, guarda-municipal e outras que são base de apoio do Governo Bolsonaro serão prejudicadas. Como será a destruição dos serviços públicos, atinge toda a população, mesmo que não use o SUS ou tenha filhos na escola pública porque ataca a ciência, tecnologia, a pesquisa e as mais diversas áreas que muitas vezes são invisíveis.

Quem está fora da PEC?

A reforma é tão ruim que não atingirá nenhum político (deputados, prefeitos, governadores etc), não vale para juizes, promotores, todo o pessoal do alto escalão tá fora e, claro, também estão excluídos os militares.

É possível barrar esse ataque?

Sim!! E por enquanto estamos conseguindo. Uma forte mobilização que envolve entidades de todas as esferas tem sido construída há cerca de 4 meses. As 10 Centrais Sindicais, mais 4 entidades e movimentos nacionais estão mobilizados e organizando coletivamente essa luta. Nas últimas 7 semanas, o movimento tem ido a Brasília todas as semanas para pressionar os parlamentares e realizar atos, o que já atrasou a votação da PEC. O objetivo de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, era que a PEC fosse votada no semestre passado. Faltam apenas 8 semanas até o final do ano e precisamos ampliar nossas mobilizações para enterrar de vez essa PEC!

É importante a mobilização na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, pois são os servidores que garantem o serviço para a população. É por outro lado, nos bastidores, está acontecendo um acordo de Lira e Bolsonaro para passar a PEC, a partir da compra de votos de 20 milhões para os deputados.

**CONTRA
A PEC 32**

Pressão parlamentar

PRESSIONE OS/AS PARLAMENTARES

Defenda o serviço público pressionando os/as deputados/as:

acesse o link: “NaPressão”

<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-a-reforma-administrativa>

e mande mensagens no WhatsApp, Facebook, Twitter ou E-mail de todos/as. Vamos nos mobilizar contra o desmonte dos serviços públicos e o ataque facínora aos servidores/servidoras públicos e suas famílias.